



DECISÃO Nº29/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 13089/2016.**
- 2- **Assunto:** Denúncia.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Codajás; SEDUC.
- 4- **Denunciantes:** Srs. João Gonçalves Maciel e Sebastião Matos da Silva.
- 5- **Denunciado:** Sr. Jorge Augusto Amaral do Nascimento, Vice-Prefeito de Codajás.
- 6- **Advogados:** Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4.331; Sr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6.975; Sr. Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428.
- 7- **Objeto:** suposta acumulação ilícita de cargos/remunerações.
- 8- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 9- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 224/2018 – MPC – ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.365/366).
- 10- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Denúncia.

Procedência. Alcance. Determinação. Prazo. Glosa. Recomendação. Notificação. Determinações. Arquivamento.

11- DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "c", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

11.1- Julgar Procedente a Denúncia interposta pelos **Srs. João Gonçalves Maciel e Sebastião Matos da Silva**, pertinente ao acúmulo ilegal de cargos do Vice-Prefeito de Codajás, **Sr. Jorge Augusto Amaral do Nascimento**, considerando-se os itens 19 a 31, do relatório-voto;

11.2- Considerar em Alcance o **Sr. Jorge Augusto Amaral do Nascimento**, vice-prefeito municipal de Codajás, no valor de **R\$ 182.148,19** (cento e oitenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e dezenove centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, face ao acúmulo ilegal de cargos comprovados nos autos (art. 304, I, c/c art. 305, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM). O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

11.3- Determinar que, ultrapassado o prazo de **30 (trinta) dias** para o recolhimento da **glosa** imputada ao **Sr. Jorge Augusto Amaral do Nascimento**, admita-se a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa, encaminhando-se, se for o caso, as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral do Estado-PGE, e autorizando, desde já, a instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



DECISÃO Nº29/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11.4- Recomendar** à SEDUC que instaure Processo Administrativo Disciplinar-PAD em seu âmbito interno, visando apuração à inércia na suspensão do pagamento do denunciado e na cobrança dos valores pagos indevidamente;
- 11.5- Notificar** os Srs. Jorge Augusto Amaral do Nascimento e Abraham Lincoln Dib e a SEDUC, interessados nos autos, com cópias do Relatório-Voto e desta Decisão para ciência do decisório;
- 11.6- Determinar** a remessa da cópia dos presentes autos, ao Ministério Público Estadual-MPE/AM, face indícios de improbidade administrativa (Lei nº 8429/1992 c/c art. 190, inc. III, alínea "b", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM);
- 11.7- Determinar** a juntada de cópias do Relatório-Voto e desta Decisão, para subsidiar as adequadas instruções processuais, aos Processos nº 1580/2014, nº 1663/2015, nº 11861/2016 e nº 11400/2017, relativos às prestações de contas anuais da SEDUC nos exercícios em que perdurou o pagamento remuneratório indevido ao **Sr. Jorge Augusto Amaral do Nascimento**;
- 11.8- Determinar** à SEPLENO que, cumprida a decisão, proceda ao **arquivamento** dos autos referentes à Denúncia interposta pelos **Srs. João Gonçalves Maciel e Sebastião Matos da Silva**, pertinente ao acúmulo ilegal de cargos do Vice-Prefeito de Codajás, **Sr. Jorge Augusto Amaral do Nascimento**, nos termos do art. 162, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 12- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 13- Data da Sessão:** 08 de Março de 2018.
- 14- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.
- 15- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente em substituição

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral